



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transparência e Controle
Controladoria-Geral

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 18/2014 – DIROH/CONIE/CONT/STC

Unidade : COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS – CEBGÁS.
Processo : 116.000.004/2013.
Assunto : EXAME DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL.
Exercício : 2012.

Senhor Diretor,

Apresentamos os resultados dos trabalhos de auditoria de conformidade com a finalidade de examinar a Prestação de Contas Anual da Companhia Brasiliense de Gás – CEBGÁS, nos termos da determinação do Senhor Controlador-Geral, conforme a Ordem de Serviço nº 131/2013 – CONT/STC.

I – INTRODUÇÃO

A Companhia Brasiliense de Gás – CEBGÁS foi concebida pela Lei Distrital nº 2.518, de 10/01/2000, é uma Sociedade de Economia Mista, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB constituída em forma de Sociedade Anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/1976 e demais dispositivos legais e regulamentares que lhe são aplicáveis.

O objetivo social da empresa é a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado. O prazo de concessão é de 30 anos, a contar de 10/01/2000, podendo ser prorrogado por igual período. O monopólio de gás natural é da União segundo consta o art. 177, inciso I da Constituição Federal de 1988, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal a exploração diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado conforme art. 25, § 2º, da Carta Magna de 1988.

O trabalho foi desenvolvido na sede da CEBGÁS, no período de 26/11 a 20/12/2013, com base na documentação solicitada. Os exames foram realizados por amostragem, na extensão julgada necessária nas circunstâncias apresentadas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público, com o objetivo de emitir opinião sobre a regularidade das contas dos dirigentes que estiveram à frente da Companhia, no exercício de 2012.

Nenhuma restrição nos foi imposta quanto ao método ou à extensão dos nossos trabalhos. O programa de trabalho de auditoria e os respectivos procedimentos foram



aplicados de acordo com a natureza das atividades da entidade auditada, e abrangeram as demonstrações contábeis, os controles nas áreas de contratos, operacional, de pessoas, de patrimônio e demais demonstrações financeiras.

II – EXAME DAS PEÇAS DO PROCESSO

O processo de Prestação de Contas Anual dos dirigentes da CEBGÁS, relativo ao exercício de 2012, está constituído das peças básicas a que se refere o art. 147 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF, aprovado pela Resolução nº 38 do TCDF, com exceção da apresentação do Inventário previsto no art. 148 do RI/TCDF.

III – RESULTADO DOS EXAMES

Apresentamos os resultados dos exames procedidos nas diversas áreas da CEBGÁS, nas quais foi verificada, por amostragem, a documentação comprobatória dos atos e fatos que deram origem aos lançamentos e registros constantes do processo em referência.

1 – GESTÃO CONTÁBIL

Esta análise tem por finalidade verificar se a Unidade procedeu aos registros contábeis em conformidade com as normas específicas e as estabelecidas para a execução orçamentária e financeira, bem como se a escrituração contábil e as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1.1 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, ECONÔMICA E PATRIMONIAL DA COMPANHIA.

A análise dos resultados por meio de indicadores econômico-financeiros mostra a situação em que se encontra uma empresa para o bom desenvolvimento de suas atividades.

A verificação dos resultados foi baseada na apuração dos principais índices obtidos a partir dos valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, no tocante aos aspectos financeiros, econômicos e patrimoniais, a seguir demonstrada no Balanço Patrimonial relativo ao exercício de 2012 em comparação ao de 2011:

1.1.1 – ANÁLISE FINANCEIRA.

A situação financeira é evidenciada pelos Quocientes de Estrutura de Capitais e de Liquidez, que servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência



das origens dos capitais investidos no patrimônio, demonstrando a proporção existente entre os capitais próprios e os capitais de terceiros em circulação da empresa.

a) Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{960}{586} = 1,638 \text{ ou } 163,822\%$$

Do montante das obrigações para curto prazo, a Companhia estava em condição de pagar em 31/12/2012, o percentual de 163,822%, isto é, para cada R\$ 1,00 de dívida, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 1,63 disponível para pagamento. Em 31/12/2011, a disponibilidade para pagamento imediato era de R\$ 1,72 para cada R\$ 1,00 de dívida. Quanto maior for esse quociente, melhor para a empresa.

b) Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{1.050}{586} = 1,792 \text{ ou } 179,181\%$$

A condição financeira da Companhia, em 31/12/2012, para liquidar suas obrigações a curto prazo, indicando que para cada R\$ 1,00 de dívida no Passivo Circulante, a Empresa tinha R\$ 1,79 com possibilidade de transformação em moeda no Ativo Circulante. Em 31/12/2011, essa possibilidade era de R\$ 3,00 para cada R\$ 1,00 de dívida.

c) Liquidez Geral

$$\frac{\text{Ativo Cir.} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Cir.} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} = \frac{2.582}{586} = 4,406 \text{ ou } 440,614\%$$

Para saldar a dívida total, a Companhia possuía em 31/12/2012, o percentual de 440,614% de bens e direitos que poderiam ser transformados em moeda, isto é, para cada R\$ 1,00 de dívida a Companhia tinha R\$ 4,40, em condição de conversão em moeda para realização de pagamento. Em 31/12/2011, a possibilidade de transformação de bens e direitos em moeda era de R\$ 7,77 para cada R\$ 1,00 de dívida. Quanto maior esse quociente, melhor para a empresa.

d) Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circ.} + \text{Passivo Exig. a Longo Prazo}} = \frac{586}{586} = 1,00 \text{ ou } 100\%$$

Este quociente revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais. A interpretação deste quociente deverá ser direcionada a verificar a necessidade da empresa de ter ou não de gerar recursos a curto prazo para saldar seus compromissos. Quanto menor for este quociente, melhor para a empresa.



1.2 – SITUAÇÃO ECONÔMICA.

No aspecto econômico é analisado pelos Quocientes de Rentabilidade, que servem para medir a capacidade econômica da empresa, demonstrando o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na empresa.

a) Retorno de Capital Próprio/Rentabilidade do Patrimônio Líquido

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} = \frac{(437)}{1.996} = - 0,219 \text{ ou } - 21,894\%$$

Revela que para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio (Patrimônio Líquido) investido, a Empresa teve prejuízo de R\$ 0,21 no exercício de 2012. No exercício de 2011, o prejuízo foi de R\$ 0,11 para cada R\$ 1,00 investido. Quanto maior for esse quociente, melhor para a empresa e maior será o grau de lucratividade apurado em relação ao capital próprio investido. Situação inversa, pois conforme quociente de rentabilidade a Companhia apurou prejuízo nos dois últimos exercícios.

b) Rentabilidade do Ativo/Giro do Ativo

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} = \frac{(437)}{2.582} = - 0,169 \text{ ou } - 16,924\%$$

Demonstra que para cada R\$ 1,00 dos recursos totais aplicados, a Companhia teve prejuízo de R\$ 0,16 no exercício de 2012. No exercício de 2011 o prejuízo apurado foi de R\$ 0,01 para cada R\$ 1,00 aplicado. Quanto maior for esse quociente, melhor para a empresa e maior será a lucratividade obtida em relação aos investimentos. Situação inversa, pois conforme quociente de rentabilidade do ativo a Companhia apurou prejuízo nos dois últimos exercícios.

c) Margem Líquida

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} = \frac{(437)}{5.008} = - 0,087 \text{ ou } - 8,726\%$$

Demonstra a margem de lucratividade obtida pela empresa em função do seu faturamento, o quanto a empresa obteve de lucro para cada real de receita de venda de gás. Quanto maior for esse quociente, melhor será para a empresa e maiores serão os lucros obtidos em relação aos seus investimentos. No exercício de 2011, o prejuízo foi de R\$ 0,04 para cada real aplicado. Situação inversa, pois conforme quociente de margem de lucratividade a Companhia apurou prejuízo nos dois últimos exercícios.



1.3 – SITUAÇÃO PATRIMONIAL.

Quanto ao aspecto patrimonial, o foco foi a significância da participação de capitais de terceiros, também em relação às imobilizações da Empresa. A seguir apresentamos de forma sintetizada a apuração dos principais índices alusivos aos aspectos patrimonial da Companhia.

a) Garantia de Capital de Terceiros/Participação de Capital de Terceiros

$$\frac{\text{Passivo Circ.} + \text{Passivo Não Circ. (PELP)}}{\text{Patrimônio Líquido}} = \frac{586}{1.996} = 0,293 \text{ ou } 29,359\%$$

A interpretação deste quociente deverá ser direcionada a medir o grau de endividamento da empresa em relação ao seu patrimônio, quanto menor este quociente, melhor para a empresa.

Em 31/12/2012 para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio (Patrimônio Líquido) investido, a Companhia possuía R\$ 0,29 de Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo). Em 31/12/2011, para cada R\$ 1,00 investido a empresa possuía R\$ 0,14 de Capital de Terceiros.

b) Imobilização de Recursos Próprios/Patrimônio Líquido

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} = \frac{1.514}{1.996} = 0,758 \text{ ou } 75,856\%$$

Em 31/12/2012, para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio (Patrimônio Líquido), a Companhia tinha aplicado R\$ 0,75 no Ativo Fixo (Ativo Permanente). Em 31/12/2011, para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio, a CEBGÁS tinha aplicado R\$ 0,70 no Ativo Permanente. Quanto menor for este quociente, melhor para a empresa.

1.4 – ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS.

Conforme as interpretações emitidas por meio dos indicadores econômico-financeiros, acima, onde ficou evidente que a SITUAÇÃO ECONÔMICA da CEBGÁS está deficitária e tendo em vista a apuração de um prejuízo acumulado em torno de R\$ 2.475.062,28, desde que iniciou a operação em 2007 até 31/12/2012.

Atualmente a CEBGÁS atua somente no mercado veicular, onde o gás natural é transportado de Paulínia-SP para Brasília-DF através da conversão do estado gasoso para líquido, carregados em carretas apropriadas para este tipo de carga e depositados em recipientes apropriados, ainda no estado líquido, para posterior conversão novamente em gás



e sua distribuição ao cliente final. Este processo possui um alto custo o que acaba tornando menos competitivo em relação a outros combustíveis concorrentes.

- a) A solução ideal de transporte para CEBGÁS seria a criação de um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia até Brasília, mas tal investimento depende de interesses de terceiros, privados e públicos. A CEBGÁS poderá até buscar formas de convencer governos e a iniciativa privada a entrar no negócio de transporte do gás. Porém o seu sucesso está totalmente associado a sua competitividade de custo perante as demais fontes energéticas disponíveis.
- b) Os segmentos de fornecimento de gás canalizado para residências, comércios, indústrias e cogeração ainda não foram explorados pela companhia em razão da necessidade de desenvolver um processo logístico de suprimento da matéria-prima, pois na forma como se encontra o mercado atualmente os combustíveis concorrentes para estes consumidores apresentam preços finais inferiores ao ofertado pela CEBGÁS. Ressaltamos que a concessão legal para atuar na distribuição de gás combustível canalizado em todo o Distrito Federal, está contida na Lei nº 2.518, de 10/01/2000.
- c) O cenário atual com base nos estudos “Pesquisa de Mercado e Planejamento Estratégico para a Inserção do Gás Natural na Região de Concessão” e “Potencial de Consumo de Gás Natural Canalizado”, constatamos que um ponto crítico para competitividade do gás natural no mercado consumidor do Distrito Federal está relacionado à logística de seu transporte. Basicamente existem duas formas de realizá-lo, sendo uma através da construção de gasodutos e a segunda via transporte rodoviário, atualmente utilizado pela CEBGÁS.

Em diálogos com os gestores da Companhia, sobre os resultados negativos indicados por meio dos índices econômicos acima relacionados, a CEBGÁS enfocou várias justificativas e procedimentos, dentre as quais, faremos as seguintes considerações:

- a) Primeiramente enfoca que para reverter a atual situação econômica em que a CEBGÁS se encontra, é necessário que o Governo do Distrito Federal desonere o custo de aquisição do gás natural liquefeito – GNL, incentivos fiscais, como por exemplo, redução da base de cálculo do ICMS e financiamento pelo Banco de Brasília - BRB para a aquisição do kit do gás natural a ser implantando em taxis e ônibus.



- b) Também menciona um plano de negócios 2013 – 2016, como desdobramento do cenário apresentado no mesmo, definiu como objetivo de mercado alcançar o volume de vendas de 50.000 m³ por dia ao final de 2015, cujas metas estão desdobradas em ações por segmento e pretendem alcançar os volumes abaixo:
- Segmento veicular: 24.000 m³ por dia
 - Segmento residencial: 3.000 m³ por dia
 - Segmento comercial: 500 m³ por dia
 - Segmento industrial: 22.000 m³ por dia
- c) Previsão de implantar projetos de distribuição de gás tendo como base o armazenamento sob a forma de gás natural liquefeito. Desta forma, está prevista a instalação de pelo menos 5 (cinco) estações de distribuição de gás natural em áreas públicas (2 em 2013 e 3 em 2014). Objetivando a minimização do prejuízo acumulado, é ajustar a tarifa de vendas a valores competitivos de mercado.

Assim sendo, a Companhia transcreve o parágrafo de ênfase consignado no Relatório dos Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Contábeis de 2012, onde destaca que atualmente, a operação da Companhia é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Fato e situação que onera o custo de aquisição do gás natural liquefeito – GNL.

Também, referencia para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. Ressaltamos que as demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso de não conseguir tornar suas atividades similares e competitivas no Distrito Federal à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil.

Por fim, relata que enquanto o Distrito Federal não for abastecido definitivamente por um gasoduto, é fundamental, nessa primeira fase em que o gás natural chegue na forma liquefeita, portanto, bastante onerado. Para reverter a situação em que a CEBGÁS se encontra, é necessário que o Governo do Distrito Federal desonere o custo de aquisição do gás natural liquefeito – GNL, através de incentivos fiscais.



1.5 – CAPITAL SOCIAL.

Conforme o Balanço Patrimonial de 31/12/2012, o Capital Social subscrito e integralizado da CEBGÁS, era de R\$ 9.571.000,00, representado por 180.000 ações, na forma demonstrada:

Acionistas	Capital Social Em R\$ 1.000,00		Total
	Subscrito	Integralizado	
CEB Holding	867	760	1.627
Brasília Gás	2.601	2.280	4.881
Petrobras Gás	1.632	1.431	3.063
Total	5.100	4.471	9.571

O Capital Social da CEBGÁS estava composto em 31/12/2012, por 60.000 Ações Ordinárias e 120.000 Ações Preferenciais, totalizando em 180.000, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total das Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEB Holding	30.600	51	-	-	30.600	51
Brasília Gás	16.800	28	75.000	63	91.800	91
Petrobras Gás	12.600	21	45.000	37	57.600	58
Total das Ações	60.000	100	120.000	100	180.000	

2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

A Lei Orçamentária Anual n.º 4.744, de 29/12/2011 – Estimou a Receita e fixou a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 2012, destinou à CEBGÁS dotação orçamentária inicial de R\$ 19.702.917,00. No decorrer do exercício a empresa executou despesas no valor de R\$ 5.272.958,59, demonstrando liquidação de despesa em 26,76% da dotação inicial, como também da despesa autorizada, conforme tabela seguinte:

	Em R\$
Dotação Inicial	19.702.917,00
Alteração	0,00
Despesa Autorizada	19.702.917,00
Despesa Empenhada e Liquidada	5.272.958,59
Disponibilidade (31/12/2012)	14.429.958,41



A execução dos programas de trabalho da CEBGÁS, conforme demonstradas no relatório “Consulta de Execução Estatal”, extraído do SIGGO, em 31/12/2012, realizou-se da seguinte forma:

Programa de Trabalho	Dotação Inicial	Despesa		%	
		Autorizada	Realizada	1	2
25.752.6209.1768.0001 – Implantação de infraestrutura para distribuição de gás.	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
25.753.6209.7046.0001 – Implantação de sistema de armazenamento e distribuição de gás.	1.000.000,00	1.000.000,00	76.000,00	0,08	1,44
25.122.6004.8502.8771 – Administração de Pessoal.	1.000.000,00	1.000.000,00	237.975,34	0,24	0,04
25.122.6004.8504.9588 – Concessão de Benefícios a Servidores da CEBGÁS.	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
25.122.6004.8517.9695 – Manutenção de serviços administrativos gerais.	1.500.000,00	1.500.000,00	384.876,03	0,26	0,07
25.131.6004.8505.8714 – Publicidade e Propaganda Institucional da CEBGÁS.	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
28.846.0001.9050.7062 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições CEBGÁS.	14.202.917,00	14.202.917,00	4.574.107,22	0,32	0,87
TOTAL	19.702.917,00	19.702.917,00	5.272.958,59		

1 – variação percentual da despesa autorizada em comparação com a realizada.

2 – participação percentual de execução por programa de trabalho em comparação ao total da despesa realizada.

Com base na tabela acima, constata-se que todos os 7 Programas de Trabalhos aprovados pela Lei Orçamentária Anual – LOA, tiveram despesas autorizadas sem alterações orçamentárias, com percentual de execução 0,27% do total das despesas autorizadas, sendo que dos recursos liquidados pela Companhia, os que alcançaram maior percentual de execução foram os programa de trabalhos: Ressarcimentos, Indenizações e Restituições 0,32%; Manutenção de Serviços Administrativos Gerais 0,26% e com Administração de Pessoal 0,24%.

3 – GESTÃO PATRIMONIAL

3.1 – AUSÊNCIA DE INVENTÁRIO FÍSICO DE BENS PATRIMONIAIS.

Fato

O Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aprovado pela Resolução n.º 038-TCDF, de 30/10/1990, por meio do seu artigo 148, dispõe que as prestações de contas anuais dos dirigentes das autarquias e fundações e dos administradores



de empresas públicas e sociedades de economia mista serão acompanhadas do inventário físico de bens móveis e imóveis.

Consta às fls. 177, cópia da Portaria nº 007/2012-PR, de 29/11/2012, constituindo Comissão destinada a proceder ao levantamento e inventário patrimonial dos bens móveis da Companhia.

Também, consta às fls. 185, Declaração da Comissão Inventariante de que o levantamento implicou na averiguação “*in loco*”, dos bens móveis de propriedade da CEBGÁS.

O presente processo de prestação de contas anual, exercício de 2012, às fls. 178/184, apresenta relação de bens móveis com a descrição: registro patrimonial, descrição analítica do bem, marca, número da Nota Fiscal, data e valor da aquisição, lotação e situação do bem, exceto:

Em análise a documentação foi constatado:

- a) A Comissão não referenciou a totalidade dos bens pertencentes à Empresa, registrado no Balancete Analítico, Conta Contábil 15209011 – Imobilizado em Serviço no valor de R\$ 196.871,93, excluído as depreciação/amortização.
- b) Não está expresso que a empresa não possui bens imóveis registrados em seu patrimônio.
- c) Não consta a cópia da relação dos bens patrimoniais cedidos.
- d) Não consta a cópia da relação dos bens móveis inservíveis e sua localização a serem doados ou alienados.
- e) Não consta a Relação de bens móveis não localizados na ocasião do levantamento do inventário.
- f) Não consta a cópia do relatório circunstanciado elaborado pela comissão inventariante.



Causa

- Possibilidade de desconhecimento do normativo citado.

Consequência

- Não apresentação do inventário de bens patrimoniais.

Manifestação do Gestor

A CEBGÁS por intermédio da Carta 004/2014-PR, informou o que segue:

[...]

O presente processo de prestação de contas anual, exercício 2012, às fls 178/184, apresenta relação de bens móveis com a descrição: registro patrimonial, descrição analítica do bem, marca, número da Nota Fiscal, data e valor da aquisição, lotação e situação do bem, exceto:

Em análise a documentação foi constatado:

a) A Comissão não referenciou a totalidade dos bens pertencentes à Empresa, registrado no Balancete Analítico, Conta Contábil 15209011 – Imobilizado em Serviço no valor de R\$ 196.871,93, excluído as depreciações/amortização.

Inicialmente, convém ressaltar que o documento mencionado às fls 178/184, trata-se do “Inventário Patrimonial de Bens Móveis” da CEBGAS, em conformidade com o §1º do artigo 148 da Resolução nº 038/1990 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, onde constam os seguintes dados: Nº do tombamento, descrição do bem (tipo), marca, documento (NF) e data de aquisição, localização, valor de aquisição e a situação do bem, com as respectivas legendas, com a declaração de conferência “in loco” dos bens e as assinaturas dos membros da Comissão designada para tal fim.

No referido Inventário consta o valor de aquisição dos 203 (duzentos e três) bens móveis, perfazendo o total de R\$ 321.502,27.

Esclarecemos que a Comissão teve como objetivo específico proceder ao “levantamento e inventário patrimonial dos bens móveis da Companhia”, razão pela qual não fez referência aos bens contabilizados.

É válido salientar que os valores contabilizados, que compõem o saldo contábil constante na conta 1520911, estão registrados de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e com as Normas Internacionais de Contabilidade, e que nem sempre os critérios de contabilização, obedecendo as citadas normas, são os mesmos adotados para o controle físico patrimonial.

Nesse contexto, salientamos ainda que no exercício de 2010, parte dos bens registrados contabilmente no ativo imobilizado foram reclassificados para a conta 154 - ativo intangível, para atender a nova normatização contábil, a partir da convergência às normas internacionais, de acordo com a NBC TG 01, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.292/2010.

b) Não está expresso que a empresa não possui bens imóveis em seu patrimônio;



Informamos que consta à fl. 186 do processo de prestação de contas anual, exercício de 2012 (nº 116.000.004/2013) a respectiva Declaração de que a CEBGAS não possui bens imóveis.

c) Não consta a cópia da relação dos bens patrimoniais cedidos.

Esclarecemos que inexistem bens patrimoniais da CEBGAS cedidos ou transferidos a outrem.

d) Não consta a cópia da relação dos bens móveis inservíveis e sua localização a serem doados ou alienados;

Informamos que todos os bens da CEBGAS, bem como a localização/situação de cada um, estão apontados no “Inventário Patrimonial de Bens Móveis” da CEBGAS, elaborado em conformidade com o §1º do artigo 148 da Resolução nº 038/1990 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, constante do processo de prestação de contas às fls 178/184.

Os bens designados na “situação 2” são aqueles **desativados/fora de uso. Entretanto, não são inservíveis.**

Em razão da redução da área física ocupada pela CEBGAS no Ed. FACEB, alguns bens móveis foram desmontados, bem acondicionados e guardados com segurança em uma sala reservada, espaço este denominado no Inventário Patrimonial de “depósito de mobiliário”. Tais bens foram classificados, então, como “desativados/fora de uso”. Encontram-se em bom estado de conservação e futuramente serão reativados. A alienação desses bens ou ainda a locação de depósito para a guarda dos mesmos se mostraria desvantajosa, uma vez que a CEBGAS terá a necessidade de utilizar tais móveis tão logo apresente resultado operacional que lhe demande contratar pessoal.

e) Não consta a Relação de bens móveis não localizados na ocasião do levantamento do inventário;

Todos os bens móveis constantes do levantamento foram devidamente identificados e localizados na sede da companhia e nos postos (UAG’s) do SIA e do Guarapari, e constam do “Inventário Patrimonial de Bens Móveis” da CEBGAS, elaborado em conformidade com o §1º do artigo 148 da Resolução nº 038/1990 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, constante do processo de prestação de contas às fls 178/184.

f) Não consta a cópia do relatório circunstanciado elaborado pela comissão inventariante.

Reiteramos os termos da resposta à alínea “a” do item 3.1 do Relatório Preliminar de Auditoria, para esclarecer que o referido Inventário Físico Patrimonial encontra-se anexado aos autos do processo nº 116.000.004/2013, às fls. 178/184.

[...]

Análise do Controle Interno

As justificativas apresentados pela Unidade na Carta 004/2014-PR, fls. 239 a 247 dos autos em epígrafe, elucidaram as questões apresentadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 7/2014 – DIROH/CONIE/CONT/STC, não subsistindo mais o registro do ponto de auditoria em tela como falha.



3.2 – BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS E OCIOSOS.

Fato

Tendo em vista que durante os trabalhos de auditoria realizada nas dependências da Companhia, observamos a existência de diversos bens móveis em situações inservíveis para uso, solicitamos informações relacionadas a tais bens.

Em resposta a Companhia nos disponibilizou relação de bens móveis desativado/fora de uso, inservíveis, ociosos e de recuperação antieconômica na forma demonstrada por amostragem em 55 itens a seguir:

Tombamento Nº	Descrição/Tipo	Nota Fiscal Nº	Data da aquisição
0003	Mesa de apoio a reuniões	NF 011	09/07/2003
0004	Bancada para equipamentos (3 MÓDULOS)	NF 011	09/07/2003
0005	Mesa de estar baixa lateral	NF 011	09/07/2003
0006	Sofá de um lugar, com braços	NF 011	09/07/2003
0011	Gaveteiro volante para técnicos	NF 012	09/07/2003
0012	Gaveteiro volante para técnicos	NF 012	09/07/2003
0015	Gaveteiro volante para técnicos	NF 012	09/07/2003
0017	Gaveteiro volante para técnicos	NF 012	09/07/2003
0021	Gaveteiro volante para técnicos	NF 012	09/07/2003
0029	Armário alto com 2 portas e 3 prateleiras reguláveis	NF 013	09/07/2003
0074	Cadeira para técnico, giratória, com braços	NF 016	09/07/2003
0078	Cadeira para técnico, giratória, com braços	NF 016	09/07/2003
0080	Cadeira para técnico, giratória, com braços	NF 016	09/07/2003
0081	Cadeira para técnico, giratória, com braços (Quebrada)	NF 016	09/07/2003
0082	Cadeira para técnico, giratória, com braços	NF 016	09/07/2003
0085	Cadeira para técnico, giratória, com braços	NF 016	09/07/2003
0096	CPU 1,8ghz c/ unid.cd.rom 48x24x48,DIM, 1st -PIV - Teclado DS/N 1327	NF 019	09/07/2003
0097	Video E551c em Intel® 82845g/GL/GE/PE/GV -Graphics Controller DSNBR 0094	NF 019	09/07/2003
0098	CPU 1,8ghz c/ unid.cd.rom 48x24x48,DIM, 1st -PIV - Teclado DS/N 1517	NF 019	09/07/2003
0099	Video E551c em Intel® 82845g/GL/GE/PE/GV -Graphics Controller DSNBR 0098	NF 019	09/07/2003
0100	CPU 1,8ghz c/ unid.cd.rom 48x24x48,DIM, 1st -PIV - Teclado DS/N 1407	NF 019	09/07/2003
0101	Video E551c em Intel® 82845g/GL/GE/PE/GV -Graphics Controller DSNBR 0092	NF 019	09/07/2003
0102	CPU 1,8ghz c/ unid.cd.rom 48x24x48,DIM, 1st -PIV - Teclado DS/N 1516	NF 019	09/07/2003
0103	Video E551c em Intel® 82845g/GL/GE/PE/GV -Graphics Controller DSNBR 009ª	NF 019	09/07/2003
0105	Video E551c em Intel® 82845g/GL/GE/PE/GV -Graphics Controller DSNBR 0096	NF 019	09/07/2003
0106	CPU 1,8ghz c/ unid.cd.RW 48x24x48,DIM, 1st -PIV - Teclado DS/N 1218	NF 019	09/07/2003
0109	Impressora Jato Tinta (Arm 024/002)	NF 019	09/07/2003
0118	Estabilizador de Tensão (Arm 024/002)	NF 019	09/07/2003
0119	Servidor de impressão c/ ipt USB (Arm 024/002)	NF 020	09/07/2003
0120	Servidor de impressão c/ ipt USB (Arm 024/002)	NF 020	09/07/2003



Tombamento Nº	Descrição/Tipo	Nota Fiscal Nº	Data da aquisição
0121	Servidor de impressão c/ ipt USB (Arm 024/002)	NF 020	09/07/2003
0122	Hub c/ 8 pts (Arm 024/002)	NF 020	09/07/2003
0123	Hub c/ 8 pts (Arm 024/002)	NF 020	09/07/2003
0124	Hub c/ 8 pts (Arm 024/002)	NF 020	09/07/2003
0125	Aparelhos Telefonicos (Arm 024/002)	NF 021	09/07/2003
0128	Aparelhos Telefonicos (Arm 024/002)	NF 021	09/07/2003
0131	Aparelhos Telefonicos (Arm 024/002)	NF 021	09/07/2003
0133	Aparelhos Telefonicos (Arm 024/002)	NF 021	09/07/2003
0137	Aparelhos Telefonicos (Arm 024/002)	NF 021	09/07/2003
0139	Aparelhos Telefonicos (Arm 024/002)	NF 021	09/07/2003
0140	Aparelhos Telefonicos (Arm 024/002)	NF 021	09/07/2003
0148	Persianas Verticais 13m2	NF 023	09/07/2003
0149	Central Telefonica	NF 024	09/07/2003
0150	Armário da copa	NF 053	09/07/2003
0151	Armário sanitário	NF 053	09/07/2003
0152	prateleira 2,40x 0,30 x 0,03	NF 053	09/07/2003
0153	prateleira 2,40x 0,30 x 0,03	NF 053	09/07/2003
0154	prateleira 2,40x 0,30 x 0,03	NF 053	09/07/2003
0155	prateleira 1,90 x 0,30 x 0,03	NF 053	09/07/2003
0156	prateleira 1,90 x 0,30 x 0,03	NF 053	09/07/2003
0157	prateleira 1,90 x 0,30 x 0,03	NF 053	09/07/2003
0158	prateleira 1,40 x 0,30 x 0,03	NF 053	09/07/2003
0159	prateleira 1,40 x 0,30 x 0,04	NF 053	09/07/2003
0160	prateleira 1,40 x 0,30 x 0,05	NF 053	09/07/2003
0161	bancada lanches	NF 053	09/07/2003

Causa

- Não alienação, descarte ou doações dos bens móveis considerados ociosos.

Consequência

- Diversos bens móveis acima listados, já foram baixados do Ativo Imobilizado da Companhia, mas permanecem nas áreas da CEBGAS.

Manifestação do Gestor

A CEBGÁS por intermédio da Carta 004/2014-PR, informou o que segue:

[...]

Como já salientado na resposta à alínea “d” do item 3.1, em razão da redução da área física ocupada pela CEBGAS no Ed. FACEB, alguns bens móveis foram desmontados, bem acondicionados e guardados com segurança em uma sala reservada, espaço este denominado no Inventário Patrimonial de “depósito de mobiliário”. Tais bens foram classificados, então, na “situação 2”, como bens “desativados/fora de uso”.

Ressalte-se que esses bens não são inservíveis. Encontram-se em bom estado de conservação e futuramente serão reativados.



A alienação desses bens ou ainda a locação de depósito para a guarda dos mesmos se mostraria desvantajosa, uma vez que a CEBGAS terá a necessidade de utilizar tais móveis tão logo apresente resultado operacional que lhe demande contratar pessoal. Entendemos ser conveniente a manutenção dos bens temporariamente fora de uso, a fim de evitar, no futuro, a compra de novos bens por um preço seguramente mais alto do que sua alienação.

Não obstante, com relação aos equipamentos de informática, a saber, 5 (cinco) microcomputadores adquiridos em 2003 e 2 (duas) impressoras, é possível que já se encontrem desatualizados e não suficientes ao atendimento das necessidades da CEBGAS. Dessa forma, esclarecemos que a empresa está procedendo ao levantamento de informações que embasem a tomada de decisão sobre a conveniência e a oportunidade de sua alienação. Comprovando-se que esses bens são de fato inservíveis para a CEBGAS, atenderemos à recomendação.

Diante do exposto, acreditamos que as razões apresentadas na presente peça são aptas a demonstrar a ausência das falhas de caráter formal apontadas pela Douta Controladoria Geral.

[...]

Análise do Controle Interno

As justificativas apresentados pela Unidade na Carta 004/2014-PR, fls. 239 a 247 dos autos em epígrafe, elucidaram as questões apresentadas no Relatório Preliminar de Auditoria nº 7/2014 – DIROH/CONIE/CONT/STC, não subsistindo mais o registro do ponto de auditoria em tela como falha.

4 – GESTÃO FINANCEIRA

4.1 – CONTRATOS E MODALIDADES DE LICITAÇÕES.

Com o objetivo de verificar a legalidade dos atos praticados desde o início do procedimento licitatório até a realização do objeto contratado, com vistas a avaliar a eficiência da gestão financeira e administrativa, dentro dos princípios norteados pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações solicitamos a Companhia por meio da SA nº 1/2013, a relação dos contratos encerrados e os vigentes – Processos Administrativos e respectivos pagamentos. Em resposta, nos foi fornecido uma listagem com 15 processos, dos quais, analisamos todos na íntegra, conforme discriminados abaixo:

Empresa Contratada	PROCESSO		CONTRATO			
	Nº	Forma de contratação	Nº	Prazo de vigência	Valor (R\$)	Objeto das contratações
Deloitte Auditores Independentes	116.000.008/2012	Dispensa	002/2012-DAF/CEBGAS, fls. 90/92	07/12/2012 a 15/04/2013	15.920,00	Auditoria Independente
LL Contadores Associados	116.000.006/2011	Convite	s/n, fls. 184/194.	30/09/2011 a 08/10/2012	63.000,00	Serviços contábeis, tributários e Adm. de Pessoal
Souto Maior Contadores Associados	116.000.009/2012	Convite	003/2012-CEBGAS, fls.	19/11/2012 a 05/11/2013	68.084,40	



Empresa Contratada	PROCESSO		CONTRATO			
	Nº	Forma de contratação	Nº	Prazo de vigência	Valor (R\$)	Objeto das contratações
			124/133.			
DINÂMICA Serviços Gerais	116.000.006/2009	Convite	003/2009-DAF/CEBG AS, fls. 144/151	23/09/2009 a 22/09/2013	19.651,56	Serviço de limpeza e conservação (1 empregado)
	116.000.006/2013	Convite	002/2013-DAF/CEBG AS, fls. 152/158.	24/09/2013 a 29/09/2014	28.770,73	
Make Way	116.000.009/2011	Dispensa	002/2011-DAF/CEBG AS, fls. 39/40.	03/10/2011 a 19/10/2012	8.100,00	Transporte – Entrega de documentos por motoboy
BRB - Seguradora/ ALLIANZ Seguros S/A	116.000.013/2011	Dispensa	s/n	17/12/2011 a 17/12/2012	1.029,08	Seguro empresa/CEBGÁS Projeto Básico nº 003/2011-DAF/CEBGÁS. Apólice nº 0462498, fls. 27/31. Projeto Básico nº 005/2012. Apólice nº 80550373, fls. 34/37.
	116.000.013/2012	Dispensa	s/n	17/12/2012 a 17/12/2013	972,16	
CIEE-Convênio	116.000.010/2007	Inexigível	001/2007-CEBGAS, fls. 74/78	13/12/2007 a 12/12/2012	3.648,00	Estagiários
	116.000.012/2012	Inexigível	001/2012-CEBGAS, fls. 78/82.	13/12/2012 a 12/12/2014	2.088,00	
PC Eletrônica e Informática	116.000.003/2011	Dispensa	001/2011-DAF/CEBG AS, fls. 38/46.	30/05/2011 a 30/05/2012	9.980,00	Instalação e manutenção de suporte de equipamentos de informática
LSS Informática	116.000.014/2012	Dispensa	003/2012-DAF/CEBG AS, fls. 39/41.	19/12/2012 a 19/12/2013	9.990,00	
Vértice Associados	116.000.008/2011	Dispensa	001/2011-DTC/CEBG AS, fls. 72/75.	01/11/2011 a 01/11/2012	8.200,00	Hospedagem e operacionalização do Portal CEBGÁS e email
Metroval Controle de Fluido	116.000.004/2012	Convite	01/2012-DTC/CEBG AS, fls. 477/499.	22/10/2012 a 30/04/2013	76.000,00	Fornecimento de sistema de medição de vazão de gás natural para a instalação da CEBGÁS em Brasília. Postos SIA, Guarapari e Colorado.
GNL Gemini/GASLOCAL/C EBGAS	116.000.008/2006	Convite	01 e 02/2007-DTC/CEBG AS, fls. 49/100.	03/07/2007 a 31/07/2019	125.107.200,00	Fornecedor de gás natural liquefeito - GNL aos Postos SIA, Guarapari e Colorado.

DTC = Diretor Técnico e Comercial.

DAF = Diretor Administrativo e Financeiro.

Também, observamos nos autos dos processos administrativos a existência na execução dos fornecimentos de equipamentos, materiais e serviços por parte das contratadas, a presença de Nota Fiscal, das certidões de regularidade com o INSS, FGTS e a Certidão



Negativa de Inscrição de Dívida Ativa da União, de acordo com o art. 195, § 3º, da Constituição Federal e art. 193, do Código Tributário Nacional vigente.

IV – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Consta às fls. 173/174, do processo em referência, Prestação de Contas Anual, exercício 2012, parecer emitido em 18/01/2013, pela empresa Deloitte Brasil Auditores Independentes, onde expressa opinião “que compreenderam o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Gás - CEBGÁS em 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

V - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Consta às fls. 165/166 do processo em referência o Parecer do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas do exercício de 2012, nos seguintes termos:

[...], não tendo sido apurada nenhuma irregularidade em relação ao desempenho das atribuições dos administradores ou perante os cofres da Companhia e com base nos exames efetuados e à vista da opinião favorável da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas CEBGÁS.
[...]

VI – DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CEBGÁS, em sua 46ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21/03/2013, fl. 163, informa que “examinou o Relatório Anual da Administração da Empresa; as Demonstrações Financeiras, o Parecer emitido pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, não apresentando, respectivamente, ressalvas, tudo relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, DECIDIU manifestar-se favorável a matéria, recomendando o encaminhamento da matéria à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, realiza em 24/04/2013, cópia da Ata, fls. 168/171”.



VII – CONCLUSÃO

À luz da Portaria STC nº 89/2013 os subitens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 2.1, 3.1, 3.2 e 4.1 constituem-se em informações, o que seja: “fatos ou situações relevantes para o conhecimento e a avaliação das atividades realizadas e dos resultados obtidos pela unidade examinada”.

Brasília, 9 de setembro de 2014.

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE DO DISTRITO FEDERAL**